

Regulamenta a instalação de postos de cobrança de taxas em rodovias estaduais e dá outras providências.

ARTIGO1º - Esta Lei disciplina os critérios para instalação de postos de cobrança de taxas nas rodovías estaduais, observado o disposto na legislação federal aplicável a espécie.

ARTIGO 2º - A cobrança de taxas nas rodovias estaduais somente poderá ser efetuada no curso da rodovia e em locais apropriados.

§1º - Os locais de cobrança das taxas rodoviárias somente poderão ser instalados fora do perímetro urbano do município em que estiver a área determinada.

§2º - O local determenado para instalação dos postos de cobrança deverá obedecer às características físicas e ambientais, observado, ainda, para sua implantação, o disposto na legislação ambiental.

ARTIGO 3º - Fica vedada a instalação de postos de cobrança de taxas rodoviárias, ou de uso das rodovias, em vias de acesso de entrada ou saída das rodovias estaduais.

Parágrafo Único - A vedação do que trata este Art., aplicar-se á as:

I. vias de acesso à rede viária estrutural urbana, seja ela de caráter municipal ou regional;

II. vias de acesso à rodovia principal urbana.

ARTIGO 4º - Para os desta Lei considera-se:

l. vias urbanas: as vias terrestres de circulação situadas no perimetro urbano ou de área urbanizada, tais como: ruas, avenidas e alamedas;

II. vias extra-urbanas: as vias terrestres de circulação situadas fora do perímetro urbano ou de área urbanizada, tais como: estradas, rodovias e autopistas;

III. vias de acesso: as vias terrestres de circulação cuja função é a de interligação entre as vias urbanas e as extra-urbanas;

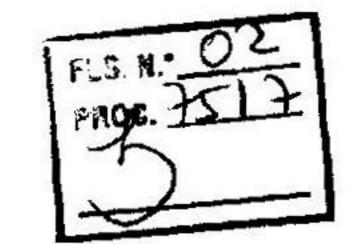
IV. vias urbanas estruturais: as vias urbanas orientadoras das principais correntes de tráfego de vias estruturais.

ARTIGO 5º - A implantação de postos de cobrança de taxas rodoviárias em situação divergente ou não prevista nesta Lei, somente poderá ser efetivada através de lei específica.

ARTIGO 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



DJALMA BOM



JUSTIFICATIVA

Considerando os direitos constitucionais expressos na Carta Magna, destacandose, entre eles, o direito à locomoção e ao livre deslocamento pelo território nacional;

Considerando que o sistema viário é condição necessária ao exercício da função urbana de circular;

Considerando a relevância do papel das grandes vias estruturais, como essenciais ao deslocamento interno da Região Metropolitana de São Paulo e de acesso às grandes aglomerações urbanas do Estado de São Paulo;

Considerando as diretrizes e princípios estabelecidos na legislação federal que define o Sistema Nacional de Viação, que traça como objetivo essencial permitir o estabelecimento de um sistema viário integrado que atendam, pelo menor custo, às necessidades do país;

Considerando que as estradas são bens públicos de uso comum do povo, conforme definido pelo Código Civil Brasileiro, em seu Inciso I do artigo 66, e possuem características de vias que integram sistemas;

Considerando que, no interior do perímetro urbano, o interesse da comunicação é de caráter essencialmente local e que, portanto, é de interesse municipal;

Considerando que as interligações entre as grandes vias estruturais são parte integrante de uma macro-estrutura viária, necessária à circulação econômica, da população e como meio de comunicação;

Expomos a V.Excia. os motivos que nos fazem remeter à apreciação desta Casa de Leis, o Projeto de Lei que regulamenta a cobrança de taxas rodoviárias, para um melhor uso desse tipo de cobrança, visando, também, disciplinar essa cobrança.

O disciplinamento dessa matéria visa democratizar a taxação do uso das rodovias, bem como definí-la dentre critérios coerentes de cobrança, sem que haja desrespeito ao contribuinte, seja ela pessoa física ou jurídica.

Sala de Sessões, 17 de agosto de 1995.

DJALMA BUM

Deputado Estadual

Divisão de Ordaniamanto Legislativo

Esta proposição contém

199

SDC, 18 / 3 / /

Chefe de Seção

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
Publicado no "DIÁRIO OFICIAL"
DE 19 - 08 - 95